

H/2 Q/1/9/9/

120/3337

27.98

Ives Gandra da Silva Martins

OS RISCOS DO PLANO COLLOR

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Titular de Direito Econômico
e de Direito Constitucional da Faculdade
de Direito da Universidade Mackenzie
e Presidente do Conselho Superior de
Estudos Jurídicos da Federação do Comércio
do Estado de São Paulo.

À medida que o tempo corre e a personalidade do presidente Collor, como governante, vai sendo desvendada ao público, mais se nota um profundo conflito entre o seu discurso e a prática adotada, gerando riscos evidentes ao sucesso de seu programa.

Que a inflação brasileira fosse fruto da expansão monetária "lato sensu", poucos duvidavam. Tal expansão monetária decorria de três fatores, a saber: o "deficit" público, a incredibilidade da sociedade em remédios eficazes para combater a inflação e a inexistência de uma política monetária capaz de alongar o perfil da dívida interna. O aumento do nível de preços era uma mera consequência fenomênica dos fatores atrás mencionados.

O "deficit" público, em si, não chega a ser assustador nos países em que a moeda é confiável e em que a política monetária é sadia em padrões compensatórios para ofertar-se ou liquidez ou rentabilidade às aplicações. Nos países sem moeda estável, o "deficit" público é a principal causa da

.02.

inflação, à falta de mecanismos eficazes para uma política monetária saudável, com necessidade de aumento da quantidade de moeda ou de sua velocidade de circulação, sem o correspondente aumento do volume de transações, com o que o nível de preços sobe e sobe a inflação.

O Presidente Collor pretendeu simultaneamente atingir a expansão monetária e o "deficit" público, no que diagnosticou corretamente a moléstia e adotou discurso adequado a essa constatação.

A terapêutica adotada, todavia, foi, a meu ver, desastrosa. Não falo apenas do ponto de vista jurídico, tendo já manifestado em livros, cursos, artigos, entrevistas e conferências o repúdio, meu e da comunidade jurídica nacional, à forma pela qual o plano foi veiculado. Por já ter tratado da matéria exaustivamente, não vale a pena repisar as inúmeras inconstitucionalidades do Plano Brasil Novo.

Falo, fundamentalmente, do ponto de vista econômico, em que ao correto diagnóstico da doença não se seguiu a terapêutica aconselhável.

De início, a equipe econômica do governo partiu do pressuposto de que a Economia é uma Ciência Matemática e não uma Ciência Psicosocial, razão pela qual não colocou entre as diversas variáveis a serem examinadas, o comportamento autoprotecionista da sociedade. Se o tivesse feito, nunca teria tocado na poupança, pelo menos naquela existente até 31/12/89. No momento em que os jovens economistas destruíram a credibilidade do símbolo da segurança nacional, que sobreviveu a todas as crises econômicas anteriores, perdeu o

.03.

instrumental maior para conter o consumo, através do hábito ou da vantagem de poupar. Na terminologia de Irving Fischer, tendo destruído a oportunidade de investir, geraram a impaciência de gastar, de tal forma que sempre que houver recursos no mercado, serão eles direcionados às "gastanças" e não às "poupanças".

Compreende-se, pois, a monetização, que a meu ver não foi deliberada intenção do governo em promovê-la, mas a insegurança da sociedade receosa de que, em novas crises, venha o governo a lançar mão do remédio de tirar com facilidade do povo o que o povo poupou com dificuldade.

Tendo transformado em um só dia, o brasileiro de poupador em gastador, tornou-se o governo prisioneiro de uma política monetária dramaticamente intervencionista no mercado, que pretendia fosse livre, tendo, inclusive, que dosar o nível de liquidez, de recessão, de crescimento da produção, a fim de ter a inflação sob controle. Em outras palavras, para evitar o estouro inflacionário por excessiva pressão consumista, será obrigado a adotar uma rígida política monetária em que não haja excesso de liquidez, nem escassez, a fim de que não surja nem a inflação, nem a recessão.

Neste manejo do estabilizador da "aeronave governamental", os dois primeiros meses foram ruins, visto que sobre uma inflação artificialíssima de 15/03/90, não conseguiu o governo reduzi-la a seus níveis reais, mas foi obrigado a reconhecer que o IPC de Maio correspondeu a inflação que o Ministro Dilson Funaro só atingiu em dezembro de 1986, isto é 10 meses após o Plano Cruzado.

É que a velocidade de circulação da moeda é quase sempre

.04.

acelerada por fatores psicológicos e a sociedade brasileira deixou de confiar na guarda de dinheiro em mãos de quem se apropriou de parcela dele no passado.

Acresce-se o fato de que bloqueou a equipe econômica os "estoques monetários", parte deles não pressionadores da inflação, porque eram poupanças mesmo. E não soube como repor os "fluxos monetários" que, para surpresa do governo, foram muito maiores do que julgava, nos 2 primeiros meses de governo. Por esta razão, teve o presidente Collor que amargar a constatação de que apesar de ter dito que quem investisse em dólar iria se arrepender, a sua afirmação restou vazia, melancólica, contestada pelos fatos que demonstraram que os únicos que não perderam foram os que investiram em dólares no passado.

Acresce-se que a economia informal voltou a atuar, não mais com cheques ao portador, mas com dinheiro vivo, outro fator a provocar a monetização da economia. E se a inflação crescer, não tenho dúvida que será dolarizada, para desespero do governo e tristeza da nação.

Se o gerenciamento do Plano foi ingênuo, infantil, desconectado da realidade, não menor foi o erro no combate ao "deficit" público.

Deveria o Presidente ter baixado de uma só vez todo o pacote no 1º dia de governo, atingindo a sociedade em suas reservas e a máquina administrativa em sua inoperância. Perdida a primeira oportunidade, deveria abster-se de declarar publicamente que demitiria 380.000 funcionários sem dizer quais ficariam, posto que terminou por criar um "esprit de corps" de defesa que não lhe possibilitará cumprir a promessa no próximo dia 18 de Junho. Perdida a batalha em

Ives Gandra da Silva Martins

.05.

campo aberto (poderia ter ganho no 1º dia), o ideal, contra o gigantismo do Estado, seria adotar a tática da guerrilha, enfrentando cada foco ou empresa de cada vez e sem publicidade jornalística (os atingidos é que teriam que se defender), mas nunca todos de uma só vez.

Ao tentar abrir a totalidade dos quadrantes de correção dos problemas brasileiros e ao tentar mudar o Brasil, não nos 5 anos para os quais foi eleito, mas em 100 dias, à evidência, passou a aglutinar amigos e inimigos entre os insatisfeitos, formando uma frente nacional de oposição, o que não ocorreria se tivessem sido, ele e sua equipe, mais hábeis na condução do Plano Brasil Novo.

Hoje, o Plano Brasil Novo corre sérios riscos, por excesso de cabelos pretos a conduzi-lo e escassez de cabelos brancos. Nem sempre a impetuosidade é a melhor conselheira. Nem também o será apenas a moderação. Talvez as duas juntas possam prover o equilíbrio necessário para conduzir a bom termo os problemas econômicos da Nação.

